

ASPECTOS SOCIOPOLÍTICOS DO ALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL



SANDRA DE SOUZA RAMOS

Graduação em História pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID (2005); Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID (2015); Professora de Ensino Fundamental II e Médio na EMEF Francisco Alves Mendes Filho.

RESUMO

Ao analisar os dados coletados pelo INAF – Índice Nacional de Alfabetismo Funcional é possível traçar uma trajetória ascendente no aumento do grau de alfabetismo funcional brasileiro considerando inclusive aspectos multidimensionais que envolvem o processo de alfabetização da população. Entre 2001 e 2018 foram aferidos os números por amostragem da população possibilitando o entendimento sobre como o processo de alfabetização impacta na vida prática das pessoas no território nacional. Este artigo analisa os pontos de mudança dos índices procurando localizar o tempo em que Políticas Públicas foram adotadas e que impactaram nesses números.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetismo funcional; Políticas Públicas; Ações Afirmativas.

INTRODUÇÃO

O termo alfabetismo funcional foi usado pela primeira vez na década de 1930 nos EUA para designar soldados que conseguiam realizar tarefas militares através de instruções escritas. A partir de então o termo passou a ser utilizado para designar pessoas com capacidade de utilizar textos escritos para realizar atividades cotidianas domésticas e profissionais de modo que o conceito se opôs a concepção tradicional de utilização da linguagem escrita para fins acadêmicos como literatura e erudição.

Desse modo foi possível deslocar os estudos sobre o alfabetismo para o campo de suas funções práticas de resolução de demandas relacionadas a vida doméstica, do trabalho e da cidadania como entender de direitos do trabalho, da aposentadoria, de contratos de compra e venda de moradias etc.

Com o avanço da aquisição de direitos sociais para um número cada vez maior de pessoas, políticas públicas foram adotadas no sentido de facilitar o acesso a direitos adquiridos, propiciando assim uma maior burocratização dos meios públicos e em consequência, a crescente necessidade da população para aquisição de informação escrita com vistas a atender as exigências cada vez maiores de formulários e processos cada vez mais complexos que exigem maior grau de proficiência da escrita e da leitura.

Em 1958 a UNESCO definia como pessoa alfabetizada aquela que conseguia ler e escrever um texto simples relacionado a sua vida diária. Os países passaram então a aferir o grau de alfabetismo funcional com avaliações baseadas em conhecimentos de leitura, escrita e matemática apresentados no cotidiano de sua população.

Passados vinte anos desde final da década de 60 foram sendo adotados outros termos classificatórios para os variados graus de alfabetismo alcançados por novas demandas sociais.

Surgiram então os termos alfabetismo funcional rudimentar, aquele em que a pessoa usa conhecimentos de leitura e escrita para funções diárias porém sua habilidade traduz apenas enunciados explícitos. Alfabetismo elementar na qual a pessoa é capaz de traduzir textos curtos com poucas inferências alcançando um grau maior de habilidade em relação ao primeiro. Alfabetismo intermediário no qual a pessoa consegue usar a leitura e escrita na sua vida diária traduzindo uma quantidade maior de elementos comunicantes. E alfabetismo proficiente no qual a pessoa tem domínio pleno da mensagem escrita e consegue cumprir com demandas de sua vida cotidiana e profissional no grau mais elevado de aquisição da leitura e da escrita.

Em países da América Latina o percentual de pessoas que alcançam a proficiência alfabética é exponencialmente menor se comparados a países da América do Norte ou Europa demonstrando o caráter multidimensional do processo de alfabetização da população que depende do acesso à informação, acesso e permanência a escolarização, programas de governo que promovam a formação continuada da população entre outros fatores sociais, políticos e culturais presentes nas sociedades.

A partir da participação de países da América Latina nesse processo de aferição, o Brasil iniciou em 2001 sua inserção na classificação do grau de alfabetismo da população através do INAF – Índice Nacional de Alfabetismo Funcional ampliando as análises sobre os fatores impactantes no processo de aquisição de alfabetização da população a partir de avaliações e de um questionário que visa aferir inclusive o acesso a informação das pessoas participantes desse levantamento.

Em países onde a proficiência em leitura e escrita alcança índices elevados como América do Norte e Europa, o grau mínimo exigido para aquisição de alfabetismo é de oito a nove anos em contrapartida em países da América Latina e Brasil é exigido quatro anos como escolarização básica obrigatória para aquisição da alfabetização.

Este tempo mínimo exigido pelos países da América Latina e Brasil tem sido reparado com políticas públicas que visam aumentar o tempo de permanência dos estudantes na escola.

ASPECTOS SOCIOPOLÍTICOS DO ALFABETISMO FUNCIONAL NO BRASIL

Em 2001 o governo brasileiro começou a aferir o grau de alfabetismo da população aplicando atividades em domicílio e classificando o grau de alfabetização alcançado pelos participantes. Além das atividades que se baseiam em informações do cotidiano, foram feitas entrevistas aos dois mil e dois participantes de todo território nacional apurando dados de acesso a informações e a leituras. Estas estatísticas foram realizadas nos anos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007, 2009, 2011, 2015 e 2018 pelo INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional e amplamente divulgadas para análise dos dados.

A partir desses dados foi possível classificar os níveis de alfabetismo alcançados pela população entrevistada, possibilitando a implantação de medidas governamentais, com o objetivo de aumentar o número de alfabetos funcionais no território nacional.

Essa iniciativa de aferição de dados para o alfabetismo funcional chegou no Brasil num movimento em conjunto com vários países da América Latina que desenvolveu um método semelhante para aferição de dados. O objetivo desse levantamento de dados a princípio era aferir dados que pudessem oferecer identificações dos fatores impactantes no processo de aquisição da alfabetização e como esses fatores se relacionam com as condições socio econômicas de cada lugar e assim promover análises de dados para estudos, implantação de políticas públicas, comparação de dados entre os locais estudados, comparar com os dados de outros países etc.

Entre 2001 e 2018 os percentuais de alfabetismo funcional mudaram significativamente entre os alfabéticos elementares porém não houve alteração do percentual de alfabéticos proficientes.

Em 2001 o percentual de analfabetos em território nacional era de 12% da população adulta. 27% foi classificada como alfabética rudimentar; 28% alfabética elementar; 20% alfabética intermediária e 12% alfabética proficiente.

Em 2018 o percentual de analfabetos funcionais caiu para 8% da população. Alfabético rudimentar caiu para 22%, alfabético elementar subiu percentualmente para 34%, 25% alfabético elementar porém não houve alteração no percentual de alfabéticos proficientes que permaneceu em 12% da população aferida.

Esses dados mostram que houve uma lenta progressão ao longo dos 17 anos de pesquisa, no processo de alfabetização e funcionalidade da leitura e escrita decorrentes de várias dimensões socio políticas que impulsionaram a população no sentido da aquisição da linguagem da leitura e da escrita.

Os elementos propulsores da aquisição da leitura e da escrita para fins pragmáticos começam com o acesso a escolarização. 82% dos analfabetos não ingressaram na escola. Entre os 17% que ingressaram na escola 16% concluíram o ensino fundamental I e apenas 1% concluiu o ensino fundamental II.

Entre os alfabéticos rudimentares, pessoas com habilidades de leitura e escrita de textos bem simples com a instrução explícita, 54% frequentaram a escola nos anos iniciais do fundamental I.

32% concluiu os anos finais do fundamental II e 12% concluiu o ensino médio.

Entre os alfabetizados classificados como elementares, capazes de ler e interpretar um texto curto com mais inferências e informações, 21% concluiu o ensino fundamental I, 45% concluiu o fundamental II, 42% concluiu o ensino médio e 25% alcançou o ensino superior.

Entre os classificados como alfabetizados intermediários 7% cursou os anos iniciais do fundamental I, 17% concluiu o ensino fundamental II, 33% concluiu o ensino médio e 37% alcançou o ensino superior.

Entre os alfabetizados proficientes 1% concluiu o ensino fundamental I, 4% concluíram o ensino fundamental II, 12% concluíram o ensino médio e 34% alcançaram o ensino superior.

É possível concluir a partir desses dados que o processo de escolarização é o principal fator do aumento do alfabetismo funcional entre a população aferida, políticas públicas passaram a ser adotadas ao longo desses dezessete anos a fim de aumentar o acesso a educação como o programa Bolsa Família implantado no ano 2003 e oferecido sobretudo a famílias com crianças em idade escolar entre 6 e 15 anos. Uma exigência importante para o benefício do Bolsa Família é que as crianças da família beneficiada devem ter 95% de frequência na escola garantindo desse modo a permanência dos estudantes no ensino presencial até o ensino médio.

Essa medida foi fundamental para a melhoria do percentual de alfabetismo funcional pois aumentou o acesso aos anos iniciais escolares e impulsionou a sociedade como um todo a aspirar por cursos superiores principalmente após a implantação de Ações Afirmativas a partir de 2005 com o PROUNI concedendo bolsas de estudo pelo ENEM a estudantes que cursaram o fundamental II e Médio em escolas públicas de todo o território nacional.

Ampliou-se em 2008 com o PNAES que concede transporte, alimentação, saúde, esporte, inclusão digital, acesso à creche e suporte pedagógico de acordo com as necessidades dos estudantes com o objetivo de garantir a permanência no ensino presencial de crianças com idade de 6 a 15 anos.

Em 2012 foi aprovada a Lei de Cotas garantindo metade das vagas em Universidades públicas a estudantes negros, indígenas e estudantes da rede pública de baixa renda a fim de aumentar o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior.

Outras Ações Afirmativas foram aprovadas oferecendo acesso às universidades para pessoas portadoras de deficiência como também o acesso ao mercado de trabalho através de cotas nas quais as empresas devem destinar um percentual de suas vagas à pessoas portadoras de deficiência de acordo com o percentual de pessoas empregadas.

Além dessas ações afirmativas, a equidade de gênero na organização pública adquiriu caráter obrigatório através da lei aprovada em 2019 que obriga a reserva de 30% de vagas no legislativo para mulheres em cumprimento à regra constitucional de representatividade. Se considerarmos que população brasileira é formada por 51% de mulheres torna-se fundamental que o corpo legislativo alcance uma proporção de representantes femininas de ao menos metade de legisladores a fim de reparar essa fratura histórica de governança majoritariamente masculina.

Ao adotar políticas públicas que facilitam o acesso e a permanência a escolarização a população pode alcançar níveis mais elevados de proficiência no alfabetismo funcional no território nacional. Ao adotar políticas públicas votadas a Ações Afirmativas, foi possível ampliar o tempo de aula presencial impactando diretamente na funcionalidade da alfabetização e ampliando novas possibilidades de trabalho à população menos favorecida economicamente.

É importante que a população reconheça que algumas conquistas foram alcançadas mas que estabeleça novos horizontes para que o aumento do grau de escolarização seja cada vez mais ampliado através da aquisição do conhecimento e de outros métodos de aprendizagem que possam acessados por mais pessoas do território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolarização, o acesso à informação, o aumento de direitos sociais, a implantação de ações afirmativas e o gradativo aumento de acesso a formação superior são alguns dos aspectos facilitadores do aumento do percentual de alfabetizados considerados proficientes no Brasil. Por isso o alfabetismo funcional é considerado um fenômeno decorrente de fatores multidimensionais, dada a complexidade e variedade de elementos que interferem nessas estatísticas.

Ao adotar políticas públicas com vistas a ampliar o acesso e a permanência na escola foi possível alcançar melhorias nos indicadores de alfabetismo funcional. Em tempo é fundamento o engajamento da população para que se ampliem as conquistas de acesso e permanência na escola, assim como que novos mecanismos de escolarização sejam disponibilizados para a classe trabalhadora.

Nesse sentido analisar os mecanismos de escolarização de países com maiores índices de proficiência alfabética pode ser um caminho para a ampliação de ferramentas que melhorem a qualidade de escolarização da população brasileira.

É de fundamental importância que a população reconheça que algumas medidas governamentais melhoraram o acesso e a permanência na escola e nesse sentido que novas medidas sejam adotadas como o acesso a cultura e ao esporte. A valorização de empregos com vistas a despertar nas pessoas o desejo de realizar seus sonhos em profissões que possibilitem viver uma vida boa de ser vivida e de ser sonhada.

Um horizonte de possibilidades precisa ser construído para que a escolarização possa transformar as pessoas em cidadãos com acesso aos seus direitos sem que para isso seja necessário perder sua saúde em filas intermináveis e em processos burocráticos exaustivos.

Essa nova sociedade precisa ser sonhada e construída através do engajamento da população. O alfabetismo e a escolarização podem oferecer os mecanismos dessa nova sociedade a ser construída. Para tanto é necessário que paradigmas se rompam e que a educação se torne emancipatória.

REFERÊNCIAS

Estatística de dados sobre Alfabetismo Funcional:<https://alfabetismofuncional.org.br/alfabetismo-no-brasil/> <acesso 10 mar. 2023>

Conceitos de classificação de Alfabetismo Funcional:https://alfabetismofuncional.org.br/wp-content/uploads/2020/03/2005_Relatorio_Inaf.pdf <acesso 10 mar. 2023>

Dados sobre o impacto do Bolsa Família na educação:<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59099166> <acesso 10 mar. 2023>

Políticas Afirmativas:<https://www.politize.com.br/acoes-afirmativas/> <acesso 10 mar. 2023>

GANDIN, L. A. **Para onde a escola está sendo levada? (ou: a escola pode ser levada para algum lugar diferente daquele que o projeto hegemônico quer?).** Revista de Educação AEC. Brasília: v. 27, n. 107, p. 9-16, abri. /jun., 1998.

LIBÂNEO, J. C. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, P. R. N. **Educação como prática da liberdade.** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Pessoas com diploma universitário:<https://www.metropoles.com/dino/ocde-aponta-que-21-dos-brasileiros-possuem-ensino-superior> <acesso 10 mar. 2023>

Investimentos educação atual:<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/04/24/gasto-com-educacao-recua-pelo-5o-ano-consecutivo-e-e-o-menor-em-dez-anos-mostra-levantamento.ghtml> <acesso 10 mar. 2023>

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. <acesso 10 mar. 2023>

<http://pne.mec.gov.br/> <acesso 10 mar. 2023>

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. <acesso 10 mar. 2023>

Analfabetismo funcional: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-10-10/em-uma-decada-taxa-de-analfabetismo-cai-de-164-para-109>. <acesso 10 mar. 2023>

<https://jornal.usp.br/atualidades/escolas-brasileiras-ainda-formam-analfabetos-funcionais/> <acesso 10 mar. 2023>